



O Alto Comissário em Angola e o EXPRESSO

O ALTO COMISSÁRIO DA República Portuguesa em Angola...
1 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
2 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
3 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
4 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...

1 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
2 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
3 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...
4 - O Alto Comissário da República Portuguesa em Angola...

A Nova Assembleia do M. F. A.

A nova Assembleia do M. F. A. reuniu-se em Lisboa...
1 - A nova Assembleia do M. F. A. reuniu-se em Lisboa...
2 - A nova Assembleia do M. F. A. reuniu-se em Lisboa...
3 - A nova Assembleia do M. F. A. reuniu-se em Lisboa...

Carlucci negou de novo intervenção na política portuguesa

Carlucci negou de novo a intervenção na política portuguesa...
1 - Carlucci negou de novo a intervenção na política portuguesa...
2 - Carlucci negou de novo a intervenção na política portuguesa...

O Tribunal Internacional da Mulher reunirá em Lisboa

O Tribunal Internacional da Mulher reunirá-se em Lisboa...
1 - O Tribunal Internacional da Mulher reunirá-se em Lisboa...
2 - O Tribunal Internacional da Mulher reunirá-se em Lisboa...
3 - O Tribunal Internacional da Mulher reunirá-se em Lisboa...
4 - O Tribunal Internacional da Mulher reunirá-se em Lisboa...

Comissão de Gestão de Direito abriu as inscrições

A Comissão de Gestão de Direito abriu as inscrições...
1 - A Comissão de Gestão de Direito abriu as inscrições...
2 - A Comissão de Gestão de Direito abriu as inscrições...

O PPD convida os partidos para um debate público

O PPD convida os partidos para um debate público...
1 - O PPD convida os partidos para um debate público...
2 - O PPD convida os partidos para um debate público...

Opinião: pág. 10

Opinião: pág. 10
1 - Opinião: pág. 10
2 - Opinião: pág. 10

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PIRES BALSAZAR
SUB-DIRETOR: AUGUSTO DE CARVALHO MARQUES BARRELA DE SOUSA
Redacção: Rua de São Carlos, 107 - 1.º andar - 1200-018 LISBOA

Partidos respondem ao pacto do MFA

Os líderes dos partidos políticos respondem ao pacto do MFA...
1 - Os líderes dos partidos políticos respondem ao pacto do MFA...
2 - Os líderes dos partidos políticos respondem ao pacto do MFA...
3 - Os líderes dos partidos políticos respondem ao pacto do MFA...
4 - Os líderes dos partidos políticos respondem ao pacto do MFA...

ANGOLA

Personas acuradas fazem pensar no Vietnam
Pág. 11

Simone Beauvoir

entrevistado para o EXPRESSO
por Maria Teresa Horta
Pág. 13

Eleições

Números e factos circulo por circulo
Os 12 partidos
A campanha
Pág. 4, 5 e 6
Os programas
Expresso eleições
Pág. 15

Incidente grave faz nascer "Amicale"

Um incidente grave fez nascer o "Amicale"...
1 - Um incidente grave fez nascer o "Amicale"...
2 - Um incidente grave fez nascer o "Amicale"...
3 - Um incidente grave fez nascer o "Amicale"...

Novo Lei de Habitação: Previstos 500 escudos de renda mínima

A nova Lei de Habitação prevê 500 escudos de renda mínima...
1 - A nova Lei de Habitação prevê 500 escudos de renda mínima...
2 - A nova Lei de Habitação prevê 500 escudos de renda mínima...

11 de Março: A quem pertence um helicóptero misterioso?

Um helicóptero misterioso caiu em 11 de Março...
1 - Um helicóptero misterioso caiu em 11 de Março...
2 - Um helicóptero misterioso caiu em 11 de Março...
3 - Um helicóptero misterioso caiu em 11 de Março...
4 - Um helicóptero misterioso caiu em 11 de Março...

Continuação de texto anterior...
1 - Continuação de texto anterior...
2 - Continuação de texto anterior...

OMEGA Speedmaster

o relógio usado nas viagens espaciais



O Alto Comissário em Angola e o EXPRESSO

DO ALTO COMISSÁRIO da República Portuguesa em Angola recebemos o seguinte comunicado:

1 — No comunicado do Alto Comissário em Angola de 30 de Março de 75 transmitido aos meios de Comunicação Social através do ministério da Comunicação Social ao Governo Português, é erradamente feita referência ao jornal «EXPRESSO», como tendo publicado notícias de grave conteúdo sobre os acontecimentos recentemente ocorridos em Luanda.

2 — Efectivamente pretendia-se referir o jornal «Sempre-Fixo» publicado à data que é indicada para o «EXPRESSO».

3 — O Alto Comissário, em Angola, lamenta o lapso e solicita ao jornal «EXPRESSO» que aceite as suas desculpas.

4 — Solicita-se ao ministério da Comunicação Social que faça deste comunicado divulgação idêntica à do referido em 1. Luanda aos 4 de Abril de 1975.

O Alto Comissário
António da Silva Cardoso
General da Força Aérea

Registamos a atitude de dignidade do Alto Comissário de Angola, pois também sabemos que a nota anterior, de forma alguma poderia ter resultado de uma leitura do nosso número nela mencionada, mas de informações erradas que, de Lisboa, foram transmitidas ao general António da Silva Cardoso. Induziu quem as transmitiu nem sequer teve o cuidado de reparar que o «EXPRESSO» havia sido publicado um dia antes. Estamos habituados à campanha contra nós, embora estejamos menos a atitudes de dignidade como a do Alto Comissário de Angola.

Podemos informar, também, que o «EXPRESSO» não foi, por consequente, suspenso, em Angola, como igualmente o não foi em Moçambique. Esta semana, porém, foi divulgada, em Lisboa, por meios de grande informação que o «EXPRESSO» havia sido proibido em Moçambique. Entrámos em contacto com elementos preponderantes da Fretilim, por intermédio do nosso correspondente em Lourenço Marques, os quais se mostraram admirados com a publicação de tal notícia.

Perante tudo isto e o mais que ainda estará para vir, só nos resta perguntar: a quem interessa a divulgação de tais notícias? A quem interessa a campanha contra o «EXPRESSO»? Porquê e, sobretudo, para quê?

A Nova Assembleia do M. F. A.

A NOVA Assembleia de Delegados do Movimento das Forças Armadas será composta por oficiais, sargentos e gradados, operando-se que o número de oficiais seja igual ao de sargentos e gradados. A nova Assembleia será composta por 120 elementos do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea.

Os membros desta Assembleia serão escolhidos pelas Comissões Coordenadoras dos três ramos das Forças Armadas.

Espera-se ainda que esta Assembleia efectue em breve a sua primeira sessão.

Carlucci negou de novo intervenção na política portuguesa

EM Conferência de Imprensa no Palácio Fox, presidida pelo ministro Jesuino da Comunicação Social, Frank Carlucci esclareceu os jornalistas portugueses, no fim da manhã de ontem, que não estava ligado à intenção do 11 de Março sem tempo ao CIA.

Face ao bombardeamento de perguntas e por vezes de acusações — facto que levou o ministro Jesuino a não considerar curial uma questão levantada por um jornalista — Carlucci esclareceu o "mal-entendido" que gerara o pedido de Nycere para que fosse retirado de Zairíbar e outras questões contravenas ligadas ao seu passado de diplomata de carreira, nomeadamente no Congo de Kinshasa durante os anos de 1960 e 1961.

Quanto à CIA e organizações afins, revelou que nunca tinha ouvido falar do late Apollo e que o pessoal diplomático dos EUA em Lisboa não foi surmentado mas tão só substituído.

O Tribunal Internacional da Mulher reunirá em Lisboa

O TRIBUNAL INTERNACIONAL DAS MULHERES, recentemente formado por iniciativa de Simone de Beauvoir, decidiu no passado fim de semana em Paris vir fazer a sua próxima sessão a Lisboa no próximo mês de Novembro.

Foi esta decisão tomada depois de um incidente em que a representante portuguesa do MLM presente no encontro consentiu a votação realizada para escolha do local, a qual tinha dado o primeiro lugar à Bélgica. Tal contestação veio na sequência de ataques diversos que o movimento feminista português recebeu dos grupos americanos ingleses e holandeses que o acusavam de excessivamente revolucionário e condenavam a sua adesão ao actual momento político português. A feminista portuguesa, apoiada pelas brasileiras e latino-americanas, afirmou que ser feminista era ser revolucionária, que a libertação da mulher exigia uma sociedade socialista e terminou pedindo nova votação. Esta deu a vitória a Portugal, por maioria esmagadora, derrotando assim a linha "moderada" dos movimentos de mulheres presentes.

Acaba de nos chegar a notícia que o MLM ocupou uma casa em Lisboa para sua sede, na AV. Sidónio Pais.

Comissão de Gestão de Direito abriu as inscrições

POR DECISÃO da Comissão de Gestão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, encontram-se abertas as inscrições para o primeiro ano, de 4 a 20 de Abril, na Secretaria da referida Faculdade.

O PPD convida os partidos para um debate público

O PPD dirigiu ontem à noite um convite a todos os partidos concorrentes às eleições para participar num debate público sob a forma de "mesas redondas a efectuar em salas com ampla capacidade". Cada partido teria três membros presentes e faria uma exposição inicial de 10 minutos, findos os quais cada partido responderia a um número igual de perguntas feitas pela assistência, devendo 3/4 ser iguais para todos.

O PPD afirma querer "substituir ao somatório de monólogos o diálogo de modo a permitir ao eleitorado comparar as posições dos diversos partidos.

Este convite vem na sequência de um desafio lançado por Magalhães Mota na sessão inaugural de Torre Vedras em que disse: "Estamos os críticos (da social democracia) dispostos a um debate? Pela nossa parte estamos preparados. É altura de quem critica se deixar de proclamações de ritual, de ataques oportunistas ou de defesas de má consciência."

Poderes paralelos

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO apresentou há dias aos partidos políticos um projecto de pacto que, por virtude do 11 de Março, surge com características diferentes da plataforma que os mesmos intervenientes haviam principado a negociar há cerca de um mês. É claro que os partidos poderão não aceitar ou, aceitando, sugerir pequenas alterações, mas afigura-se-me igualmente óbvio que se trata de uma proposta dirigida a quem esteja de facto empenhado no alargamento das conquistas já alcançadas, e que todos os partidos que não alinhem na via apontando para o que já se chama o Socialismo Português, passarão a lugar pelo menos secundário e tenderão a extinguir-se por falta de condições objectivas e subjectivas de sobrevivência.

O país tem alguma consciência de que essa via é irreversível (tanto quanto a história permite falar de irreversibilidade) e de que o MFA está disposto a assumir plena responsabilidade pela orientação e governação durante os próximos três a cinco anos. É esse, neste momento, o significado da institucionalização do MFA.

Ao propor um pacto aos Partidos, o MFA parece, contudo, querer partilhar com eles essa responsabilidade, embora continue a pertencer-lhe a quota parte mais substancial, tanto se as coisas correrem bem, como se correrem mal. Aparece, assim, a ideia de um poder militar paralelo aos três poderes clássicos, como referiu na quinta-feira o ministro da Comunicação Social. Paralelo, acrescente-se, mas claramente superior.

Poderá (ou não) lamentar-se o desaparecimento da possibilidade de uma democracia de tipo ocidental em Portugal para os próximos tempos. Mas quem tenha um mínimo de realismo concluirá que quer a balança dos poderes, quer a crise de autoridade, quer ainda a debilitada situação económica o impedem nos próximos três a cinco anos. E mais do que isso: implicam que quem fez a revolução e a tem dinamizado num determinado sentido não pode, mesmo que o queira, alhear-se agora das graves obrigações que contraiu.

O problema que se põe é o de saber se o sistema funcionará. Os partidos serão capazes de compreender e acatar o seu papel, numa conjuntura tão específica como a que vivemos? O MFA conseguirá habituar-se ao poder, repór a ordem, melhorar a economia, sem cair na ditadura militar, sem cercear irremediavelmente as liberdades, sem se sustentar exclusivamente num partido, em detrimento de todos os outros que o apoiam? Os partidos lograrão pôr de parte as lutas desagregadoras e estereis e concentrar-se apenas numa concorrência fecunda de ideias e realizações? A chamada "independência" do MFA não redundará num complexo de superioridade que gere a auto-convicção e a autosuficiência de um qualquer esclarecido despotismo?

Estas são as perguntas de muita gente que compreende as exigências por vezes paradoxais do processo revolucionário em curso, mas não deseja perder o que já adquiriu em liberdade nem aceita que o bem estar económico e social de todos possa ser afectado pelas ambições, a incompetência ou o confucionismo de alguns.

Perguntas que, aliás, se põem com especial acuidade no momento em que principiou a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte. A Constituição em si terá perdido muito do seu interesse, visto que os seus pontos principais resultarão do pacto MFA-partidos, mas, só por isso, as eleições, desde que sejam sérias, não deixam de ser importantes.

Ao atribuir, por várias vezes nos últimos tempos, indiscutível relevância às próximas eleições, os membros do Conselho de Revolução têm demonstrado que estão conscientes de que o paralelismo dos poderes não se mantem indefinidamente e que, para que se tornem convergentes e não divergentes, é necessário que quem governa (revolucionariamente ou não) saiba interpretar o querer de quem é governado.

Gault, Claude

Um grande sopro de liberdade

Claude Gault

UM FRANCÊS, habituado há muito tempo às consultas eleitorais imagina dificilmente o que representam para o povo português as eleições do 25 de Abril. As eleições são mais do que uma simples designação de homens e mulheres por sufrágio popular; um escrutínio nacional corresponde a uma certa liturgia da democracia, a um rito da liberdade. Votar é, antes de mais, afirmar a sua qualidade de cidadão. Quando se chega a Portugal no momento em que abre a campanha eleitoral, percebe-se que o gesto eleitoral dos portugueses e das portuguesas será mais importante pela sua significação simbólica, que pelo alcance directamente político.

Um observador estrangeiro não tem que tomar partido nesta competição eleitoral, mas pode, num país livre, dar a sua opinião. Tentarei fazê-lo, em primeiro lugar como militante político comprometido na via socialista, depois como cristão. Esta minha dupla filiação socialista e cristã dá-me ao mesmo tempo motivos de esperança e de temor.

Todos os homens e mulheres de esquerda do mundo — e sobretudo da Europa — seguem com apaixonado interesse a evolução da situação em Portugal. No dia 25 de Abril de 1974 partilhámos a imensa alegria do povo português que saía da noite do fascismo. No passado dia 11 de Março vimos com a mesma alegria que, depois

de conseguida a liberdade política, Portugal avançava à conquista da liberdade económica. A nacionalização do sector bancário e dos seguros foi a primeira e decisiva etapa do processo que arrancará o poder aos capitalistas para o dar ao povo.

Para nós, progressistas europeus, Portugal tornou-se um país farol: aquele para que nos dirigimos, aquele que ao iluminar-nos, nos indicará a via. É preciso que o povo português, o Movimento das Forças Armadas, os sindicalistas unidos na acção, que os militantes dos partidos de esquerda saibam que nós admiramos o seu combate.

Não ignoramos as dificuldades com que Portugal tem e terá de se haver. As sequelas do fascismo não se curam tão depressa. Quando, durante tantos anos, a inteligência foi abafada, a liberdade subjugada, as consciências marteladas, os homens quebrados na sua dignidade, quando a economia foi abandonada nas mãos de alguns, quando a independência nacional foi sacrificada aos interesses do imperialismo, quando a loucura das guerras coloniais tocou profundamente o coração e a alma de centenas de milhares de jovens, quando se sofreu tanto, se suportou tanto, torna-se difícil refazer um país forte e próspero para cidadãos livres e responsáveis.

E depois Portugal está isolado num canto da Europa. Encostado ao mar, rodeado pelo fascismo

franquista, observado com temor e até com má vontade pelos estados capitalistas europeus, ele tem de afirmar como um autêntico desafio, a sua vontade revolucionária. Apesar dos nossos combates respectivos, não pudémos acolher Portugal renascente numa Europa socialista. Mas os militantes portugueses sabem que podem contar com a solidariedade activa dos progressistas de toda a Europa e do mundo.

Elegendo uma assembleia constituinte no dia 25 de Abril, Portugal dará um novo passo na reconstrução da democracia. Mas os militantes políticos portugueses afirmam-nos todos que não acabaram ainda de extirpar as raízes do cancro fascista. Os perigos existem ainda mas no dia 11 de Março foi evidente que o povo estava alerta. Por isso nos parece essencial no processo actual o extraordinário poder de mobilização popular e a simbiose, única na história, entre povo e o seu exército. cito.

Se um progressista europeu pode hoje ter razões para olhar com confiança e esperança o futuro de Portugal, já um cristão não pode evitar algumas perguntas sobre a tomada de posição da Igreja Portuguesa, ao longo deste processo de libertação. Se não sendo português, evito de julgar aqui a acção das formações políticas portuguesas, não posso no entanto conservar a mesma neutralidade no que diz respeito à Igreja, porque

sendo esta católica, portanto universal, é também a minha Igreja.

Ao longo da noite fascista, os cristãos, padres e leigos, deram testemunho de que eram realmente Filhos da Luz.

Mas a Igreja hierárquica, estrutural, fechou-se num grande silêncio, e foi mesmo muitas vezes, para além desta única complicidade silenciosa. Podia acreditar-se que, agora que o povo abatendo a ditadura testemunhou a sua sede de liberdade e de dignidade, a Igreja estrutural reconheceria o seu erro passado e poria todas as suas forças nesta nova conquista da liberdade colectiva e da justiça para todos.

Ora aqui o que me foi dado verificar em Portugal, não me permite constatar que o combate dos oprimidos pela sua libertação, era também o combate da Igreja. Felizmente, no povo e com o povo, cristãos lutam em grande número; mas não passam dum minoria.

Eu que sou cristão, tenho a convicção de que o Evangelho é um livro de Justiça e de Libertação. Onde podem pois estar os cristãos, se não estão na luta pela libertação dos homens, testemunhos da mensagem evangélica? Não condeno. Mas encontrei em Portugal, muitos cristãos que sofriam por aquilo que consideram como um pecado da sua Igreja, o não partilhar o seu sofrimento. A quem estende então os braços, este Cristo imenso que domina Lisboa?

Paula Rocha de

Carta aberta a José Augusto França Rocha de Sousa

Caro França,

Não é a primeira vez (nem será a última, por certo) que o vemos misturado, com grande cópia de palavras de autoridade, nestas questões do ensino artístico. Parece que o seu discurso — nota o muita gente — é o tom definitivo e um pouco autoritário que dá às palavras, como se o França estivesse, em tal matéria, predestinado a um trabalho solitário e messiânico. Com efeito, do "EXPRESSO" de 28.3.75 — em resposta (apressada) a um inquérito (apressado), depois de defender a obra cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, afirmando que uma instituição privada é necessariamente independente (antes como depois do 25 de Abril) — rece algumas considerações sobre a reforma das chamadas Belas Artes. Não quero falar aqui sobre a independência das instituições privadas antes do 25 de Abril — toda a gente conhece os condicionamentos e as dependências que se verificavam nesse sector — mas é meu desejo corrigir do ensino artístico — não se fez (nem se está fazendo) — e da responsabilidade governamental.

O França escrevia (apressadamente) em 6.12.74, numa altura em que as chamadas Belas Artes já tinham produzido um anteprojecto de reestruturação do ensino artístico e até já o tinham publicado em Boletim da Escola ("Para uma Nova Escola", 1974). Seria difícil o França não saber da existência desse trabalho — pelos jornais, pelos amigos, pelos boatos normais que logo circulam e se confirmam entre nós... Mas os canais de informação têm de ser os canais correctos se queremos que as notícias não tenham um lado falso, tendencioso e portanto incompleto. Se o França sabia que os técnicos, ajustando a sua capacidade às solicitações de uma massa discente e a uma represspectiva da sociedade portuguesa, tinham ajudado a produzir aquele anteprojecto, o que é que ele estava em vias de ser ensaiado: se o França sabia que o plano não condizia com a sua própria visão

do problema há anos apresentada a Veiga Simão via A.I.C.A., o que não deve ser apriori considerado defeito dos actuais reestruturadores mas apenas divergência da perspectiva pedagógica e científica em que actuam; se o França dirige com algum recato a instauração de cursos de história (e outros) na famosa e aparentemente elitista Universidade Nova, sobre a qual o país, o verdadeiro interessado, pouco vai saber — seria também altura do França não isolar em suficiência o seu parecer, de abrir o leque dos seus meritórios esforços, de dialogar com quem de direito sobre os problemas em referência para ganhar uma visão renovada das competências dos outros e das realidades que o quadro que tem de ser melhorado e não anulado com duas ou três negações de discutível autoridade. O França tem de compreender que os artistas, os professores de artes visuais, os designers, etc., não estão dispostos a aceitar que os cursos em que se empenham com conhecimento de causa sejam considerados (ao nível da Universidade Nova?) simples ciclos básicos com saída no bacharelato. Os técnicos e os alunos não aceitam essa decisão (de cúpula?) nem acreditam no que afirma o França quando remete para o governo a responsabilidade da reforma do ensino artístico. Ai está uma coisa que o 25 de Abril não consente: a reforma pertence a quem a pode marcar em competência e em vontade, circunstância que retira a qualquer pessoa isolada — e ao próprio governo, que deve zelar pelo poder criativo das escolas — o direito de impor estruturas que não passem pela auscultação das bases e pelo trabalho de equipa de um conjunto de pessoas profissionalmente qualificadas para o efeito. De uma grande unilateralidade enfermava o plano do França entregue abusivamente a Veiga Simão: para ele poucas ou nenhuma foram as pessoas consultadas, o que é grave quando existem técnicos no assunto que têm sempre uma palavra a dizer.

O França pode colaborar com as equipas constituídas, sobretudo se quiser redefinir na verdadeira escala a problemática do ensino artístico e se — uma na; — sem arte não o é — princípio em que todos estamos de acordo com certeza — não é também com estruturas incompletas e bacharelato sem perspectiva sequente de investigação que os profissionais de artes plásticas e os designers se dignificam, se qualificam, se capacitam. De discriminações absurdas estamos todos fartos: a cúpula que se responsabilizou pela reforma de 1957, ao nível governamental, tratou as coisas como entendeu e fez os erros que todos conhecem. Mas o França não pode alinhar em tal critério: tem de chamar as coisas pelos devidos nomes, não deve ignorar os indivíduos cuja informação pode ser útil, não pode marginalizar a categoria profissional do artista nem votar ao ostracismo as massas interessadas no problema.

Pois caro França (permita que o trate assim): já vai sendo tempo de o tratarmos por colega — todos nós, os do ensino artístico — para que não se sinta tão só. Informe-se junto de nós, honestamente, com independência, e verá que, apesar de todas as nossas dificuldades, existe uma reestruturação do ensino artístico na E.S.B.A.L., trabalhada com a contribuição das bases e que já foi proposta ao M.E.C. para sancionamento (é esta a competência legal do governo). O França pode ajudarnos a desfazer ambiguidades e o esquecimento dos órgãos centrais; pode ajudar-nos promovendo acções que completem o nosso trabalho (já em curso, aliás) em vez de o negarem sem razão. As notícias falsas são um feio crime: não gostamos de ver um técnico responsável, um recente catedrático da U.N., ligado a uma guerra sem sentido. Aceitamos a sua opinião, não — é claro — as suas ordens. É a sua opinião que ser muito útil se tratada em correspondência com o volume de ideias que já tornámos operacionais. Quer fazer o plano (peço menos) se informar?

Ter tempo de fazer a revolução

Serge July

O MATERIAL estratégico número um duma revolução não é nem a água pesada nem o urânio enriquecido; é o tempo. O tempo de reflectir, o tempo de ouvir todas as ideias e todas as experiências, o tempo de mobilizar todo o país para o socialismo, o tempo de transformar as estruturas económicas e de fazer transformar simultaneamente as relações entre os homens e as mulheres. Este tempo é a coisa mais preciosa de todas.

Em geral, no entanto, não é isso que se passa. Uma minoria — sempre uma minoria — desencadeia um processo revolucionário e essa minoria — precisamente porque o é — não tem tempo de fazer tudo. Enquanto que o inimigo — o imperialismo, os privilegiados lesados — têm o tempo todo. Encostados à sombra dos erros da revolução esperarão o tempo que for preciso. Três anos, se necessário, como no Chile.

Quando a revolução perde o domínio do tempo, pode cometer os piores erros, aqueles erros que poderão marcar indelevelmente o futuro. Por falta de tempo, vem a ditadura. E em nome da eficácia, depressa se começa a fazer pouco caso da liberdade. História por demais repetida por esse mundo fora.

Esta, a principal reflexão que as eleições portuguesas

me parece inspirarem, a um jornalista que se interesse pelas revoluções.

A revolução portuguesa está apenas no começo. Se a maior parte das liberdades fundamentais está assegurada — podendo a suspensão do MRPP e da AOC considerar-se um erro de princípio — a economia é fonte de inquietações e preocupações. A pequena burguesia e a classe média permanecem muito distantes do processo revolucionário. A todo o momento há o risco de que elas se separem e sejam um ninho potencial de um movimento de massa reaccionário. Tal pode ser o destino de uma revolução que não encontre o tempo preciso para mobilizar essas camadas da população. O risco é tanto maior quanto fracções importantes da pequena burguesia foram beneficiárias do fascismo. Além de que meio século de fascismo deixou em todas as cabeças — mesmo nas melhores — um certo respeito pela autoridade e os vestígios de um espírito de submissão. Reaprender a liberdade, destruir as estruturas mentais fabricadas pelo fascismo leva tempo. Forçar o processo sem o acompanhar de uma mobilização em profundidade, dessa necessária reestruturação vai dar ao autoritarismo, seja o dos militares, seja o dos partidos.

As eleições vão permitir à pequena e à média burguesia exprimir-se

livremente. De certo modo, estas eleições são para elas. Elas irão certamente exprimir uma opinião moderada, de acordo com o que as discretas sondagens de Janeiro e Fevereiro revelaram. A aspiração à sociedade de consumo irá nelas reflectir-se como num espelho. Os quatro principais partidos — que são também os da actual coligação — vão rivalizar-se em estilos diferentes e com palavras de ordem diversas na aquisição de uma clientela eleitoral. Recuar as eleições para uma data ulterior — como outros militares fizeram noutros países — significaria um corte com essas camadas da população. Corte esse que seria bem aproveitado pela imprensa internacional. O processo português não pode dar-se ao luxo de incorrer num erro desses.

Mas se estas eleições fossem a única fonte de poder nos meses próximos, elas representariam necessariamente uma regressão geral no processo. Seria a população rural e operária e a pequena burguesia proletarizada que pagariam tal operação, em que as abstenções se anunciam numerosas. Era no entanto o que o PS e o PPD queriam. Felizmente, o processo português tem outras fontes de poder: O MFA e uma eclosão de iniciativas populares. Eclosão que foi precipitada pelo 11 de Março.

«Apartidário» — termo português que não tem o

seu equivalente em francês —, o MFA não participa directamente na campanha eleitoral. Não tem de criar clientela eleitoral. Cabe-lhe no entanto ser o garante destas eleições tal como se-lo também de outros interesses fundamentais, os do processo iniciado e pelo menos da justiça social. Uma vez mais o MFA surge como o grande unificador do povo português: assegura por um lado as eleições, por outro elas não terão o poder de alterar as orientações gerais já definidas pelo MFA e que estão sendo objecto de um pacto entre ele e os partidos.

Desde já — e embora a Constituição não tenha ainda começado a ser escrita — é já seguro que o MFA, aí permanecerá com lugar assegurado por três anos. Assim se compreende a precipitação dos spinolistas ao tentarem impedir pela força no dia 11 de Março a institucionalização do MFA e dar às eleições para a constituinte o sentido que elas têm em França e na Alemanha, fazendo por travar "legalmente" o processo, fazendo-o inflectir numa outra direcção, não socialista.

MFA, eleições e institucionalização, o consenso popular fica assim assegurado em torno do processo. Torna-se desde já previsível que o tempo assim ganho pelo Conselho da Revolução será por ele utilizado para proceder a novas nacionalizações. Sobretudo no campo da energia.

Em Janeiro acompanhei uma brigada de dinamização cultural na região de Castelo Branco. Os militares davam grande importância aos problemas concretos das populações mas procuravam igualmente explicar os partidos da coligação e o socialismo. E incansavelmente, as pessoas regressavam ao problema da ponte, da estrada, da escola, da luz. Tanto tempo passou sem que a estrada ou a escola prometidas aparecessem que a política para eles hoje é sinónimo de estrada, ponte, médico. Saber se a estrada que irá transformar a paisagem mental desses camponeses será de facto construída e por quem, é uma questão autenticamente política. A contradição é total entre este problema e as lutas partidárias de Lisboa. A privilegiar estas relativamente àquelas, os

revolucionários portugueses arriscar-se-iam a cometer um erro grosseiro, senão fatal. O dispositivo montado pelo MFA permite impedir de momento um tal erro. Mas impressionou-me o facto de haver um certo desprezo — excepção feita a alguns militares — por essas regiões que mais estiveram sob a opressão fascista. Que os militantes revolucionários não accorram a instalar-se nessas regiões para aí começar um paciente trabalho, é sinal de doença política.

Mas a fórmula do MFA (eleições mais institucionalização) não tem sentido a não ser que o outro motor da revolução portuguesa — essa multiplicidade de iniciativas populares que vão acontecendo todos os dias — seja também garantido pelo MFA.

Em Janeiro, dizia-me um membro da Comissão de Coordenação que as eleições eram já um «objectivo ultrapassado». Ultrapassado, de facto, para os camponeses pobres mas sobretudo para um movimento que salta aos olhos.

Em Almeirim, no Ribatejo, vi mais de 500 trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, uma maioria de empregados e vendedores,

por entre os quais se encontravam militantes de PCP, MDP, PS e LUAR ocuparem em conjunto um enorme edifício para aí instalarem uma creche popular. Encontrei essa mesma unidade "apartidária", para além dos outros partidos, noutras iniciativas: comissões de moradores, de trabalhadores, clínicas do povo, cooperativas operárias de produção ou auto-gestão embrionária.

Rosa Coutinho numa conversa disse-me que tudo o que vá no sentido de um aumento da produção, será legalizado. O MFA terá neste caso criado em Portugal um espaço político para um movimento popular. Como dizia um aspirante da Marinha: «Sartre há dias: «O MPE segue o movimento popular e legaliza as suas conquistas». Se esta dialéctica se tornar dominante, as eleições transformam-se numa ideia "progressista". Restará então — mas isso é outro problema — que todas estas iniciativas populares se reúnem num movimento «apartidário», uma espécie de «MFA civil» o qual terá a tarefa de construir, com o MFA, o socialismo português.

Barranachea, Eduardo

O voto e a cozinha chinesa

Eduardo Barranachea

AS PRÓXIMAS eleições portuguesas fazem-me lembrar um pouco a primeira vez que fui a um restaurante chinês. O chefe de mesa deu-me uma longa ementa com dezenas de pratos de nomes exóticos que activam a imaginação, mas para mim, de indescritível conteúdo.

Começar a conhecer a cozinha chinesa e a ter capacidade para decidir se desejava este ou aquele prato, levou-me bastante tempo e obrigou-me a frequentar com assiduidade os restaurantes chineses.

Quando fui pela primeira vez a um restaurante chinês, tinha sem dúvida, liberdade para eleger para escolher, mas sem saber, na realidade o que escolhia. Tinha pois, liberdade para me enganar.

Admiro a vontade democrática que implica levar a cabo eleições livres em Portugal, mas considero que é uma medida um pouco precipitada. O povo português não é mais livre hoje, pelo facto de votar, quando esse voto — na maioria dos casos — é feito sem que se tenha o necessário conhecimento

político e cívico, sem a necessária educação socio-política.

Fazer eleições significa um acto altamente positivo: o firme propósito de construir uma sociedade socialista sem excluir a liberdade, sem cair num tipo de ditadura. Mas a meu ver, fazer essas eleições apenas um ano após ter mudado bruscamente e por completo o regime político, é um "pecado" de ingenuidade política, ou, para ser mais exacto, é um "guardar as aparências democráticas formais" sabendo no fundo, que é um acto precipitado porquanto a sociedade portuguesa não pode recuperar num ano aquilo que perdeu em meio século.

Por outro lado, numa sociedade como a portuguesa (em que existe uma diferença abismal entre classes sociais — uma minoria toda poderosa e uma ampla massa trabalhadora e campesina desde sempre destituída tanto de bens materiais como culturais, sem que exista uma classe média suficientemente forte e representativa) há que

perguntar necessariamente se o processo revolucionário em curso (que se iniciou a 11 de Março e não a 25 de Abril) se pode justificar através dos votos. E deve perguntar-se honestamente porquanto muitos desses votos serão **viciados e pre-determinados**, pois 48 anos de poder e propaganda feudal-fascista não podem apagar-se com alguns meses de campanhas de dinamização.

Tal como **analfabeto** não é só a pessoa que não sabe ler e escrever mas também quem não sabe compreender, fazer juízos e criticar com clareza aquilo que lê ou escreve, assim, também é **analfabeto político** quem tem capacidade para votar, mas não sabe exactamente em quem votar e por que razão vota num ou noutro partido. É muito importante que se tenha liberdade para votar e eleger. Mas não há liberdade autêntica sem conhecimento prévio.

No dia de hoje, a democracia portuguesa não terminou ainda o seu primeiro ano de "escolaridade". Querer doutorá-la em ciência poli-

tica com tão pouca bagagem, é, a meu ver, tão difícil como acertar na escolha do melhor prato a primeira vez que se vai a um restaurante chinês.

Bem o sabem o Conselho de Revolução e o MFA, porquanto o resultado das eleições não significa — como seria o caso noutros países democráticos de tipo ocidental — que os representantes eleitos pelo povo marquem o rumo político, social e económico do governo da Nação.

O Conselho da Revolução e o MFA já fixaram a si próprios um prazo mínimo de 3 a 5 anos para serem os árbitros e motor do processo revolucionário.

E o prazo que consideram prudente para regressar aos quartéis com a garantia de que o povo português tenha alcançado nesse espaço de tempo a educação política necessária para poder dar, sem tutelas nem apadrinhamentos o tipo de Governo que a vontade popular, democrática e livremente expressa consi-

dere mais idóneo, para poder eleger em liberdade e com consciência não viciada nem desfigurada.

As próximas eleições, por conseguinte, parecem-me tal como um trabalho pedagógico-político, uma tarefa prática para que os portugueses se vão exercitando. Por outro lado tem importância pelo facto de dar a conhecer qual o pensamento político vigente hoje neste país e qual a composição exacta desse mosaico. Mas o resultado das eleições e, consequentemente, a futura

Assembleia Constituinte ganhem as direitas ou as esquerdas ou o centro, não vão modificar em nada o rumo já marcado pelo Movimento das Forças Armadas, nem poderão impor-se aos ditames e metas que fixe o Conselho de Revolução.

Não se trata aqui, portanto de revelar o "mistério" do que sucederá se ganharem os partidos de esquerda, os de direita ou os do centro, e por aí adi-

vinhar o rumo político e sócio-económico que se seguirá no Portugal do futuro. Esse "norte" já está marcado.

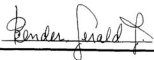
Pergunto-me sómente, se no caso de ganharem os partidos de direita e centro,

o processo revolucionário na via de uma sociedade socialista adoptará um passo menos ligeiro e se o socialismo a construir se "colorará" de matizes sociais-democráticos. E

também, se no caso dum triunfo dos partidos de esquerda essa meta já marcada para o socialismo se precipitará e se manterá com as mais vivas cores vermelhas.

Porque, ainda que Portugal tente um "socialismo à portuguesa" nada, nem ninguém, nasce por geração espontânea. O

"socialismo à portuguesa" poderá ser original, mas terá que procurar os seus "país" ou nas socialis-democracias de figurino europeu ocidental ou nos socialismos populares.



Estados Unidos: pânico imprudente e prematuro

Gerald J. Bender

LOGO APÓS o golpe de estado de Abril de 1974, que terminou com quarenta e oito anos de ditadura, surgiram na imprensa ocidental avisos de que Portugal poderia constituir uma ameaça à segurança dos Estados Unidos e dos seus aliados na Nato.

Inicialmente esta preocupação limitava-se aos observadores mais moderados. Contudo, a cada viragem à esquerda no seio do governo português, essa preocupação alastrou e agora parece? (abrange) a maior parte do espectro político.

Desde o contragolpe falhado do General Spínola em 11 de Março, o medo de que Portugal esteja perdido para o Ocidente, parece estar a atingir o ponto de histeria.

O correspondente local do «Los Angeles Times» previu que o recente desenvolver dos acontecimentos políticos em Portugal «pode vir a resultar quase devastador para a Europa Ocidental e a Nato» acrescentando que «pode

abalar a aliança desde a sua base».

O Senador James Buckley (Cons. RNY.) instou o Presidente Ford a preparar o povo americano «para qualquer espécie de acção necessária», em ordem a garantir que não haja influência soviética em Portugal. Mesmo o normalmente liberal James Reston do New York Times exprimiu preocupação com o enfraquecimento da CIA porque agora: «ela é virtualmente impotente na sua presente condição para impedir a subversão (comunista) daquele país, estrategicamente tão importante.»

Antes que este temor se torne uma fobia nacional, e que a CIA e o secretário de estado decidam que têm luz verde para «destabilizar» o presente regime português deveríamos pôr algumas questões acerca das ameaças reais e imaginárias e perguntarmo-nos onde está realmente o nosso interesse.

Qual tem sido a contribuição portuguesa para a

Nato, e para a defesa da Europa Ocidental que tantos agora temem que possa terminar com o declarado «contrôle» comunista do governo de Lisboa. Desde 1961 mais de 90% das tropas portuguesas têm estado ocupadas nas guerras coloniais de África o que impediu Portugal de oferecer à Nato mais do que um contingente humano e outros contributos meramente simbólicos. De facto, a única contribuição significativa do minúsculo país ibérico tem sido o arrendamento duma base no Arquipélago dos Açores, aos Estados Unidos.

Portugal foi o único aliado americano a permitir aos Estados Unidos reabastecer no seu território — os Açores — durante o esforço massivo americano para aprovisionar Israel durante a guerra do Yon Kippur em Outubro de 1973. Como resultado disso, muitos concluíram, desde então, que os Açores são absolutamente vitais para a sobrevivência de Israel, em caso de nova guerra.

A verdade, é que a singular importância destas ilhas no esforço de reabastecimento, ainda não foi estabelecida.

Pelo contrário, um estudo incompleto pelo Carnegie Endowment for International Peace, sugere que

apenas 2% do material enviado para Israel durante a guerra foi canalizado através dos Açores. Mas mais fundamental ainda é a pergunta: poder-se-á considerar provável que qualquer governo em Portugal concederia utilização incondicional dos Açores no caso duma nova guerra no Médio Oriente? Portugal sofreu o boicote Árabe do petróleo apesar de ter acesso ao petróleo da sua colónia africana de Angola. De facto havia tantas preocupações acerca das repercussões dum futuro boicote de petróleo que o regime de Caetano e o governo dos Estados Unidos foram incapazes de chegar a acordo depois do tratado dos Açores ter expirado em Fevereiro de 1974. Esta situação prevaleceu durante os cinco meses em que o general Spínola se manteve na presidência, apesar dos veementes apelos dos Estados Unidos. Ambos os governantes estavam comprometidos com a Nato, mas eram também economicamente realistas quando se tratava das necessidades de petróleo para Portugal. Finalmente, é claro, a independência eminente de Angola, em Novembro próximo, deixará Portugal totalmente dependente de petróleo estrangeiro.

Poderíamos também perguntar quais as ameaças reais que um governo esquerdista português, poderia pôr à aliança da Nato, na Europa. Muita preocupação se tem exprimido acerca do enfraquecimento da defesa do Mediterrâneo, por exemplo. Nem os Estados Unidos, nem os seus aliados europeus, dependeram das forças armadas portuguesas para no passado, proteger o mediterrâneo, por isso parece-nos pouco pertinente agora, considerar «qualquer espécie de acção necessária», para garantir a nossa independência no futuro.

A Espanha é o único país da Europa Ocidental, a ter problemas como resultado da evolução política em Portugal.

O golpe português encorajou todas as forças políticas à esquerda de Franco a pedir mais liberdade política e económica. Será que o perigo para a Europa ocidental consiste na possível queda do fascismo em Espanha? Mesmo que isto viesse a ocorrer, como é que isso poderia prejudicar os Estados Unidos, considerando que Franco, recusou a utilização das bases americanas na única vez (durante a guerra do Yon Kippur) em que foram necessárias. Uma razoável e objectiva apreciação da presente situação em Portugal, deve revelar que

muitos poucos — se é que alguns — interesses americanos ficarão significativamente ameaçados por uma viragem à esquerda.

Portugal permanece um país essencialmente conservador. O Partido comunista português com toda a sua reputada força não só financeira, como de organização, foi incapaz de atrair mais do que aproximadamente 15 a 20% do eleitorado, em sondagens pré-eleitorais.

O povo português pode não ter presentemente uma ideia clara acerca de que tipo de governo ou política económica é preferível, mas há poucas dúvidas em comprometer a independência política de Portugal. De facto, a mais usual opinião política agora expressa em Portugal, hoje em dia é «nós não queremos trocar uma ditadura por outra.»

Os Estados Unidos fariam melhor em evitar alinhar na paranóia, segundo a qual, Portugal, estaria não só perdido, mas representaria uma ameaça séria aos interesses estratégicos dos E.U. e da Nato.

O presente governo português não é nem comunista nem sequer um fantoche da União Soviética, e há ainda um certo número de salvaguardas dentro do sistema para assegurar que isto não aconteça.

Contudo os Estados Unidos poderiam alterar a equação negativamente, se decidirem levar a cabo outra «solução chilena». O governo em Portugal sofreu três importantes alterações desde Abril de 74. Cada uma destas modificações foram uma consequência de ameaças da direita (todas inspiradas pelo general Spínola), e cada uma resultou num governo, que se viria a constituir sempre mais à esquerda que o precedente. Por certo haverá uma lição a tirar de tudo isto.

Desde Roosevelt a Nixon, os Estados Unidos toleraram o colonialismo português, a supressão brutal de liberdades individuais, e outros não menos nocivos aspectos das ditaduras de Salazar e Caetano. Em Fevereiro último os Estados Unidos assinaram acordos com o governo português para conceder empréstimo no valor de trinta milhões de dólares, no campo de habitação, saúde, educação e agricultura. Devemos continuar este auxílio, e até expandi-lo, não só porque Portugal dele precisa, mas também porque é tempo que mostremos ao mundo que os Estados Unidos podem cooperar com reformistas — a quem podem considerar esquerdistas — em vez de tentar miná-los e derrubá-los.

(Escrito para «Los Angeles Times»)